



GOVERNO MUNICIPAL

CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Parecer: n.º 013/CGMU.CI/Decreto/131/2013/Gabinete/2021.

Processo: n.º 016/Análise de documentos que fazem referência ao **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021 – DL – FMAS, LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADOS A ATENDER AS INSTALAÇÕES IMEDIATA DO CARTÓRIO ELEITORAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS.**

Origem: Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social.

Documento: Comunicação Interna n.º 4555/2021/Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitações, Processo de Dispensa de Licitação n.º 002/2021 – DL – FMAS, Ofício n.º 011/2021/Requisitório/Justificativa/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social – Funcionamento das Atividades de Apoio da Coordenação Geral – 2.019, Processo de Dispensa de Licitação, folhas, folhas 01 as 03, planilha de orçamento de aluguel, folhas 04, documentos de habilitação, fiscal e tributária da pessoa física participante do Processo de Dispensa de Licitação, MARIA ZENITH BOSSER DE ALMEIDA, CPF N.º 436.159.103-20, folhas 05 as 08, Memorial Descritivo do Imóvel objeto do contrato, folhas 09 as 16, Processo Despacho n.º 161/2021 – GAB – PMU, em resposta ao Ofício 011/2021/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, a Assessoria



Jurídica para providencias cabíveis, folhas 17, Parecer Jurídico manifestando-se pela legalidade da contratação Direta/Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, folhas 18 as 21, cópia do Decreto n.º 013/2021 – PMU, folhas 22 e 23, Despacho – Certificação da Disponibilidade Orçamentária para realização do Processo na classificação Institucional, evidenciando a Unidade Administrativa responsável pela execução da despesa (Órgão Incumbido de Executar a Programação Orçamentária) – 2021, folhas 24, Despacho – Certificação do Departamento de Tesouraria da Disponibilidade Financeira/Lastro Financeiro – 2021 para realização do Processo, folhas 25, Autorização da Chefe do Executivo, folhas 26, Processo Administrativo de Licitação/Autuação, folhas 27, Processo Administrativo de Dispensa, folhas 28 e 29, Declaração de Dispensa, folhas 30, Termo de Ratificação, folhas 31, Certidão de Afixação de Aviso do Termo de Ratificação, folhas 32, Extrato de Dispensa de Licitação, folhas 33, Termo do Contrato n.º 20210021, folhas 34 as 37, Extrato do Contrato, folhas 38, Portaria n.º 021/2021 – PMU – Designação de Fiscal de Contrato – Fundo Municipal de Assistência Social, folhas 39 e cópia do Ato de Publicação no Diário Oficial da União, em 21 de janeiro de 2021, folhas 40.



AUTORIDADE SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitações.

ASSUNTO: Solicitação de parecer conforme documentos acima mencionados.

Análise 016, documentos que fazem referência ao **Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021 – DL – FMAS, LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADOS A ATENDER AS INSTALAÇÕES IMEDIATA DO CARTÓRIO ELEITORAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**



**SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL/PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS.**

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Comunicação Interna n.º 4555/2021, requer análise e parecer deste Controle Interno, acerca do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 002/2021 – DL – FMAS.

A solicitação para locação de imóvel está baseada na modalidade de dispensa de licitação, por se tratar de aluguel de imóvel destinado as instalações do Cartório Eleitoral.

A Secretaria requerente solicita Processo de Dispensa de Licitação para locação de imóvel situado na Rua 1º de Maio, n.º 105, Bairro: Centro, nesta Cidade de Ulianópolis/Pa., destinado a atender a instalação imediata do CARTÓRIO ELEITORAL, ao custo mensal de R\$ 605,00 (Seiscentos e Cinco reais), com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Foram juntadas propostas de preço, documentos pessoais da proprietária, documentos do imóvel, memorial descritivo do imóvel e certidão negativa da proprietária junto a Prefeitura Municipal.

Os recursos financeiros destinados ao adimplemento da obrigação decorrente da referida Dispensa de licitação são oriundos da seguinte **Dotação Orçamentária – 2021 – Programa – 1601 – Projeto Atividade: 1601.082440137.2.019 – Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.**

Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Sabe-se, que a regra para aquisição geral de bens e serviços pela Administração Pública é através de Licitação, porém a Lei n.º 8.666/93, apresenta



possibilidades de afastamento desta regra em determinados casos, conforme o Art. 24 a seguir:

X – Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; assim também dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, citado no Acórdão do TCU:

Assim também dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, citado no Acórdão do TCU:

“Art. 26 – As dispensas previstas nos § 2.º e § 4.º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8.º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

IV – Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”



De início, devemos ressaltar que como regra, toda contratação efetivada

pela Administração Pública deve ser precedida de regular procedimento licitatório, consoante o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. A contratação direta (mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação) é admitida apenas como exceção, nas hipóteses previstas em lei.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”



A situação emergencial põe em risco a satisfação dos valores buscados pela própria norma ou pelo ordenamento em seu todo. **No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. A demora na realização, produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico.** Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Gabinete
PROTOCOLO
Recebido em:

21 JAN 2021

Prefeitura
Municipal de
Ulianópolis/PA

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

Dialética, 12.^a edição, 08, p. 292).

Em análise à justificativa apresentada, recomendamos ainda mais observação ao inciso X do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, transcrito nas folhas 01 as 03 da mesma, devendo ser cautelosamente interpretado e sua aplicação deve ocorrer única e exclusivamente quando presentes os requisitos ou pressupostos legais.

Assim os citados requisitos à dispensa de licitação, restam satisfeito no caso em tela, com fundamento inciso X, art. 24, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Recomendamos ao setor competente, ao fiscal do contrato a providencia de atualização dos documentos de certidões fiscais ou tributarias, que porventura, possam constar ao longo da execução de liquidação do referido contrato.

Foram estes os documentos apresentados a esta Controladoria nesta data.

Esta é a manifestação que nos cabe, s.m.j.

Ulianópolis/PA, 21 de janeiro de 2021.

Controladoria Geral do Município
Decreto Municipal 018/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS
Antonia Lucena de Oliveira
Controladoria Geral do Município
CPF: 428.420.932-92

